



# MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA

## Câmara Municipal

### **APROVADO**

O PRESIDENTE DA CÂMARA

Armindo Moreira Palma Jacinto  
(Bacharel em Eng. Produção Agrícola)

## **AJUSTE DIRETO**

(termos da alínea d), do n.º 1 do artigo 20.º, artigo 112.º e artigo 114.º do Código de Contratos Públicos, e alterações introduzida pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto)

### **Caderno de Encargos para a aquisição de serviços:**

Aquisição de projetos de especialidades para projeto de execução referente ao  
**“CRO – Centro de Recolha Oficial de Idanha-a-Nova”**

Este volume é composto por 010 folhas devidamente numeradas



## ÍNDICE

Cláusula 1.ª   Objeto .....	3
Cláusula 2.ª   Contrato.....	3
Cláusula 3.ª   Especificações Técnicas para a aquisição de serviços .....	4
ENQUADRAMENTO: .....	4
1. LOCAL / OBJECTO: .....	4
2. QUANTIDADES: .....	4
3. PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO: .....	5
4. PAGAMENTO: .....	5
5. OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS: .....	5
6. CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS / TÉCNICAS DOS SERVIÇOS A ADQUIRIR: .....	5
7. DESCRIÇÃO E QUANTIDADE DOS SERVIÇOS ADQUIRIR: .....	6
8. ATRIBUTO NÃO NEGOCIÁVEL.....	6
9. PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, ENTREGA, CONFORMIDADE E OPERACIONALIDADE DOS BENS .....	6
Cláusula 4.ª   Objeto do dever de sigilo .....	6
Cláusula 5.ª   Preço contratual .....	7
Cláusula 6.ª   Aquisição de serviços.....	7
Cláusula 7.ª   Resolução / Não cumprimento do contrato.....	8
Cláusula 8.ª   Resolução de litígios – Foro competente .....	8
Cláusula 9.ª   Cessão da posição contratual e subcontratação .....	8
Cláusula 10.ª   Notificações e Comunicações .....	8
Cláusula 11.ª   Contagem dos prazos.....	9
Cláusula 12.ª   Legislação aplicável.....	9
Cláusula 13.ª   Proteção de dados e princípio da transparência .....	9
Cláusula 14.ª   Revisão de Preços .....	10
Cláusula 15.ª   Modificação objetiva do contrato .....	10



### **Cláusula 1.ª | Objeto**

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal o AJUSTE DIRETO para a Aquisição de projetos de especialidades para projeto de execução referente ao “CRO – Centro de Recolha Oficial de Idanha-a-Nova”.
2. O objeto do presente concurso é caracterizado pelo vocabulário comum dos contratos públicos (CPV) - **71000000-8** (Serviços de arquitetura, construção, engenharia e inspeção);
3. O presente procedimento, irá ser enquadrado no CRO Idanha-a-Nova; Código: AVISO 1/2023 ICNF-DBEAC-0088, cuja informação foi utilizada para a verificação do cumprimento com os artigos 42.º e 43.º da Lei n.º 82/2023 de 29 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para o ano de 2024.

### **Cláusula 2.ª | Contrato**

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos;
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a. Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c. O presente Caderno de Encargos;
  - d. A proposta adjudicada;
  - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º (Ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar) do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º (Aceitação da minuta do contrato) desse mesmo diploma legal, ou seja, dois dias subsequentes no caso dos procedimentos de AJUSTE DIRETO ou consulta prévia.
5. **O contrato entra em vigor, a partir da data da sua celebração**, e/ou, após a respetiva publicitação, pela entidade adjudicante, no portal da Internet dedicado aos contratos públicos, Base.gov, como condição de eficácia do respetivo contrato, nomeadamente para



efeitos de quaisquer pagamentos.

6. O contrato termina, quando executados todos os serviços objeto do presente contrato e aquisição de bens que lhe estão intrínsecos, se for o caso, esgotada a verba cativa para o presente procedimento, ou terminado o prazo definido para a sua execução.
7. O prazo de execução do contrato, conforme documentação do procedimento, não poderá ter uma duração máxima de contrato superior a 3 anos.

### **Cláusula 3.ª | Especificações Técnicas para a aquisição de serviços**

O prestador de serviços, obriga-se a prestar o objeto do presente **AJUSTE DIRETO** conforme estabelecido nas descrições a seguir indicadas.

#### ENQUADRAMENTO:

A presente proposta de aquisição encontra fundamento no âmbito da Candidatura ao Programa de concessão de incentivos financeiros para a construção e a modernização de centros de recolha oficial de animais de companhia (CRO) e de instalações das associações zoófilas (IAZ) e das despesas referentes a programas de bem-estar animal - (Aviso n.º 1/2023/ICNF/DBEAC).

#### 1. LOCAL / OBJECTO:

O presente procedimento diz respeito à Aquisição de projetos de especialidades para projeto de execução referente ao “CRO – Centro de Recolha Oficial de Idanha-a-Nova”, e será entregue o objeto do presente contrato na **Divisão de Urbanismo e Planeamento no edifício principal do Município de Idanha-a-Nova - Concelho de Idanha-a-Nova**.

#### 2. QUANTIDADES:

O presente procedimento é constituído pela Aquisição de projetos de especialidades para projeto de execução referente ao “CRO – Centro de Recolha Oficial de Idanha-a-Nova”, na modalidade de **CONCURSO VALOR GLOBAL**, o qual descreve a necessidade da presente aquisição, de acordo com TUDO o definido, no presente Caderno de Encargos e PROGRAMA PRELIMINAR em anexo às peças do concurso, incluindo:

- a. Projeto de estruturas;
- b. Projeto de escavação e de contenção periférica;
- c. Projeto de Instalações, equipamentos e sistemas de águas e águas residuais;
- d. Projeto de Instalações, equipamentos e sistemas elétricos;



- e. Projeto de Instalações, equipamentos e sistemas de comunicações;
- f. Projeto de Instalações, equipamentos e sistemas de aquecimento, ventilação, ar condicionado e refrigeração (AVACR);
- g. Projeto de Instalações, equipamentos e sistemas de gás;
- h. Projeto de Redes e ramais de distribuição de gás, instalações e aparelhos a gás;
- i. Projeto de Instalações, equipamentos e sistemas de transporte de pessoas e cargas;
- j. Projeto de Sistemas de segurança integrada, que inclui sistemas de segurança e deteção, bem como segurança contra incêndios em edifícios;
- k. Projeto de Sistema de automatização e controlo de edifícios;
- l. Projeto de Comportamento térmico;
- m. Projeto de Condicionamento acústico.

VER PROGRAMA PRELIMINAR EM ANEXO

### 3. PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:

Prazo de EXECUÇÃO do Contrato – **30** (Trinta) **dias**;

### 4. PAGAMENTO:

- a. O **pagamento será único**, após a entrega dos projetos de especialidades para projeto de execução referente ao “CRO – Centro de Recolha Oficial de Idanha-a-Nova” e/ou prestados os serviços associados;
- b. Mediante as devidas **confirmação / validação das faturas**, pelo responsável do controlo do procedimento, e designado como gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, **Sandra Isabel Farropas de Jesus**;
- c. Qualquer pagamento só será efetuado, após a respetiva publicitação, pela entidade adjudicante, no portal da Internet dedicado aos contratos públicos, <https://www.base.gov.pt/>, como condição de eficácia do respetivo contrato, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos;

### 5. OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS:

As previstas no presente caderno de encargos em conjugação com o determinado no CCP e legislação conexas.

### 6. CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS / TÉCNICAS DOS SERVIÇOS A ADQUIRIR:

O presente procedimento é constituído pela Aquisição de projetos de especialidades para



projeto de execução referente ao **“CRO – Centro de Recolha Oficial de Idanha-a-Nova**, nomeadamente:

- a. Conforme, em TUDO descrito e quantificado no número seguinte.

**7. DESCRIÇÃO E QUANTIDADE DOS SERVIÇOS ADQUIRIR:**

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO
1			Aquisição de projetos de especialidades para projeto de execução referente ao “CRO – Centro de Recolha Oficial de Idanha-a-Nova”, na modalidade de CONCURSO VALOR GLOBAL, de acordo com TUDO o definido, na Clausula no Caderno de Encargos e PROGRAMA PRELIMINAR em anexo às peças do concurso, incluindo:
1.1	1,00	VALOR GLOBAL	<p>a. Projeto de estruturas;</p> <p>b. Projeto de escavação e de contenção periférica;</p> <p>c. Projeto de Instalações, equipamentos e sistemas de águas e águas residuais;</p> <p>d. Projeto de Instalações, equipamentos e sistemas elétricos;</p> <p>e. Projeto de Instalações, equipamentos e sistemas de comunicações;</p> <p>f. Projeto de Instalações, equipamentos e sistemas de aquecimento, ventilação, ar condicionado e refrigeração (AVACR);</p> <p>g. Projeto de Instalações, equipamentos e sistemas de gás;</p> <p>h. Projeto de Redes e ramais de distribuição de gás, instalações e aparelhos a gás;</p> <p>i. Projeto de Instalações, equipamentos e sistemas de transporte de pessoas e cargas;</p> <p>j. Projeto de Sistemas de segurança integrada, que inclui sistemas de segurança e deteção, bem como segurança contra incêndios em edifícios;</p> <p>k. Projeto de Sistema de automatização e controlo de edifícios;</p> <p>l. Projeto de Comportamento térmico;</p> <p>m. Projeto de Condicionamento acústico.</p> <p>VER PROGRAMA PRELIMINAR EM ANEXO</p>

**8. ATRIBUTO NÃO NEGOCIÁVEL**

Não se aplica.

**9. PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, ENTREGA, CONFORMIDADE E OPERACIONALIDADE DOS BENS**

De acordo com o definido na presente cláusula.

**Cláusula 4.ª | Objeto do dever de sigilo**

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Idanha-a-Nova, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.



2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objecto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado directa e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

#### **Cláusula 5.ª | Preço contratual**

1. Pelos serviços a adquirir, objeto do contrato e pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato, o Município de Idanha-a-Nova deve pagar ao prestador de serviços a quantia total de **19.900,00€** (Dezanove Mil e novecentos Euros), excluído o IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O valor base foi definido em função dos custos médios unitários, resultantes de anteriores procedimentos, para prestações do mesmo tipo.
3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, [incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças].
4. O preço a que se refere o n.º 1 é pago, após conferição pelo Serviço responsável e/ou requisitante.

#### **Cláusula 6.ª | Aquisição de serviços**

1. Em cumprimento do artigo do artigo 43.º (Estudos, pareceres, projetos e consultoria) da Lei n.º 82/2023 de 29 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para o ano de 2024, com as devidas adaptações, entende-se que a presente aquisição se trata de aquisição de Estudos, pareceres, projetos e consultadoria, e a mesma não carece de PEDIDO DE PARECER PRÉVIO obrigatório e vinculativo, por não se enquadrar nos serviços previstos no n.º 3 do citado artigo;
2. Ainda assim, foi autorizado o devido FUNDAMENTO DA NECESSIDADE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS POR TRATAR-SE DE SITUAÇÃO EXCECIONAL, pelo órgão competente para a



decisão de contratar, o Sr. Presidente, em 18 de novembro de 2024, em função do valor do contrato e fundamento, para os devidos efeitos;

3. Foi também demonstrada, a impossibilidade de satisfação das necessidades por via dos recursos próprios do Município de Idanha-a-Nova, no dia 18 de novembro de 2024.
4. Devido ao presente procedimento NÃO GERAR COMPROMISSOS PLURIANUAIS, por conta do plano de pagamentos proposto pelos serviços requisitantes, fica dispensado da emissão de autorização prévia para a assunção do compromisso plurianual;
5. Em cumprimento do artigo 113.º do CCP - Escolha das entidades convidadas, não existe inconveniente em convidar a apresentar proposta, a entidade a consultar.

#### **Cláusula 7.ª | Resolução / Não cumprimento do contrato**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município de Idanha-a-Nova pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso do prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, comunicada por qualquer meio escrito.

#### **Cláusula 8.ª | Resolução de litígios – Foro competente**

1. Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal Administrativo de Círculo de Castelo Branco, com expressa renúncia a qualquer outro.

#### **Cláusula 9.ª | Cessão da posição contratual e subcontratação**

1. Na falta de estipulação contratual ou quando outra coisa não resultar da natureza do contrato, são admitidas a cessão da posição contratual e a subcontratação, nos termos do definido nos artigos 316.º e seguintes do CCP - CAPÍTULO VI - Cessão da posição contratual e subcontratação.

#### **Cláusula 10.ª | Notificações e Comunicações**

1. As notificações previstas no CCP devem ser efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.
2. Todas as comunicações entre a entidade adjudicante ou o júri do procedimento e os interessados, os candidatos, os concorrentes ou o adjudicatário relativas à fase de formação do contrato devem ser escritas e redigidas em português e efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.





3. Na falta de estipulação contratual, as comunicações entre o contraente público e o cocontratante relativas à fase de execução do contrato devem ser escritas e redigidas em português, podendo ser efetuadas pelos meios a que se refere o número anterior, ou por via postal, por meio de carta registada ou de carta registada com aviso de receção.
4. Para efeitos de comunicações relativas à fase de execução do contrato, as partes devem identificar no mesmo as informações de contacto dos respetivos representantes, designadamente o endereço eletrónico, o número de telecópia e o endereço postal.
5. No contrato podem as partes estipular que a validade das comunicações efetuadas por correio eletrónico fique sujeita à condição da sua utilização obedecer a requisitos suplementares.
6. As comunicações ao Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P., previstas no CCP devem ser efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.

#### **Cláusula 11.ª | Contagem dos prazos**

1. Os prazos previstos no contrato são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.
2. Sem prejuízo da possibilidade de fixação de um prazo superior no programa do procedimento ou no convite, os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de **66 dias** contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. Em virtude da não fundamentação, o prazo de vigência do contrato a celebrar não pode exceder três anos, para contratos de locação ou de aquisição de bens móveis ou de aquisição de serviços.

#### **Cláusula 12.ª | Legislação aplicável**

1. O contrato é regulado pela legislação portuguesa, nomeadamente o Código dos Contratos Públicos, suas alterações e legislação conexa.

#### **Cláusula 13.ª | Proteção de dados e princípio da transparência**

1. O artigo 6.º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados indica as situações em que o tratamento de dados é lícito, designadamente quando “o tratamento for necessário para a execução de um contrato no qual o titular dos dados é parte, ou para diligências pré – contratuais a pedido do titular de dados”, e “o tratamento for necessário para o



cumprimento de uma obrigação jurídica a que o responsável pelo tratamento esteja sujeito”.

2. Sempre que sejam remetidos dados pessoais, nomeadamente em relação à equipa de trabalho proposta, os mesmos devem ser acompanhados de declaração de consentimento para o tratamento dos dados para esta finalidade, por parte dos seus titulares.
3. Nos termos da alínea v) do n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 57/2018, de 26 de fevereiro, a publicitação do contrato, é feita no Portal BASE, incluindo anexos e aditamentos, com exceção das informações que se relacionem com segredos de natureza comercial, industrial ou outra e das informações respeitantes a dados pessoais.
4. Nestes termos dispõe ainda o Código dos Contratos Públicos, a introdução de melhorias e aperfeiçoamentos ao regime vigente, bem como, a introdução de medidas de transparência e boa gestão pública. Deste modo entende-se que à formação dos contratos aplicam-se os princípios gerais da contratação pública, em especial, também o da transparência, deste modo, e sem prejuízo do disposto nos números anteriores, relativamente à aplicação do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, a todos os contratos públicos no âmbito do CCP, deverá ser aplicado o princípio da transparência, princípio este, que se sobrepõe ao ora citado RGPD.

Em súmula, previnem-se todos os concorrentes, candidatos e/ou interessados da sobreposição do PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA no âmbito do CCP (Código dos Contratos Públicos) ao RGPD (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados).

#### **Cláusula 14.ª | Revisão de Preços**

1. Durante o contrato não haverá lugar a revisão de preços.

#### **Cláusula 15.ª | Modificação objetiva do contrato**

O contrato pode ser objeto de modificação nos termos previstos no CAPÍTULO V - Modificações objetivas do contrato, no artigo 311.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.